

John Charles Chasteen

América Latina

UMA HISTÓRIA DE SANGUE E FOGO

REVOLUÇÃO



REVOLUCIONARIOS CUBANOS DE 1959. *JA ABUELA*, DE RAUL CORRALES. A Revolução Cubana foi um movimento realmente popular que conferiu um cunho marxista ao nacionalismo em toda a América Latina. A ideologia marxista dava uma explicação convincente para os problemas da América Latina, além de fornecer uma receita de ação revolucionária direta. Os líderes Che Guevara e Fidel Castro rapidamente tornaram-se heróis de jovens revolucionários por todo o hemisfério.

Após a Segunda Guerra Mundial, a industrialização latino-americana perdeu impulso. O sonho nacionalista da década de 1930 de independência econômica mostrou-se difícil de realizar no mundo do pós-guerra. Enquanto isso, o crescimento da população se acelerava, enquanto melhorias no saneamento básico e assistência médica reduziam drasticamente a taxa de mortalidade. Argentina, Cuba, Colômbia e Brasil foram os países de maior crescimento populacional no mundo desde 1900. Em 1900, havia 61 milhões de latino-americanos; em 1950, essa cifra subira para 158 milhões e, apenas dez anos depois, para 200 milhões. A população urbana disparou. Buenos Aires, Rio de Janeiro, São Paulo, Cidade do México, Havana e Santiago ultrapassaram um milhão de habitantes após a Segunda Guerra Mundial. Em 1960, Lima, Caracas, Bogotá e Recife também ultrapassaram. Logo os países latino-americanos estavam entre os mais urbanizados do mundo. As economias latino-americanas também se expandiram, mas não o suficiente para atender às necessidades básicas — e muito menos às esperanças e sonhos — dos novos milhões.

Carolina Maria de Jesus acalentava mais sonhos do que a maioria. Em 1947, ao construir para si um barraco de madeira usada, papelão e latas de estanho achatadas em uma favela de São Paulo, tinha 33 anos. Ela viera à cidade grande em busca de uma vida melhor. Sozinha, ela sustentava os filhos coletando papel velho, que carregava em uma sacola de aniagem e vendia pelo equivalente a 25 centavos de dólar ao dia. Sua vida se assemelhava à dos vizinhos, exceto pelo fato de que havia completado o segundo ano primário. Ela sabia ler e escrever, e sua alfa-

betização deu-lhe asas à imaginação. Ela encontrou cadernos aproveitáveis no lixo e escreveu sobre sua vida e aspirações. Ela havia completado 26 cadernos quando, em 1958, um repórter a descobriu e publicou um extrato de seu diário. Os leitores brasileiros de classe média ficaram admirados ao lerem palavras escritas em uma favela. Seu diário tornou-se um *best-seller* no Brasil e acabou traduzido para treze idiomas. Ele se tornou seu ingresso para fora da favela. Mas milhões de outros permaneceram: comendo comida estragada, morrendo de doenças evitáveis, miseráveis e desesperados.

Muitos na América Latina passaram a acreditar na necessidade de uma mudança realmente revolucionária. Os nacionalistas latino-americanos passaram a ver o “bom vizinho” do tempo da guerra novamente como o velho adversário imperialista. Artistas, cientistas sociais e líderes políticos adotaram a perspectiva marxista da história e uma visão revolucionária do futuro. Ao mesmo tempo, o anticomunismo tornava-se a preocupação dominante da política norte-americana em relação à América Latina. Os eventos dos anos de 1945 a 1960 armam o cenário para o conflito vindouro.

POPULISMO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O primeiro desafio dos nacionalistas no pós-guerra, em muitos países, foi vencer uma eleição. A vitória aliada sobre o fascismo na Segunda Guerra Mundial deixara os ditadores latino-americanos em descompasso com os novos tempos. O período do pós-guerra viu importantes avanços na democracia latino-americana, com a extensão do voto às mulheres, a redução da idade eleitoral mínima para dezoito anos e a extensão do voto aos analfabetos. Muitos países instituíram o voto obrigatório. No Brasil, a maioria votou em Getúlio Vargas para presidente outra vez em 1950, apesar de suas claramente demonstradas inclinações ditatoriais, porque seu governo despertara em muitos as esperanças de melhoria material. No período do pós-guerra, os nacionalistas que haviam subido ao poder em toda a América Latina dependiam, como poucos governos antes deles, do sufrágio livremente expresso de grande número de pessoas, basicamente uma coalizão da classe média com trabalhadores industriais.

Agradar a essa coalizão era mais difícil do que agradar a um grupo de proprietários rurais aqui, a outro grupo de proprietários rurais ali (e confiar na manipulação eleitoral para fazer o resto), como haviam feito os governantes neocoloniais. Para ganhar eleições no período do pós-guerra, os nacionalistas adotaram táticas políticas populistas, como enviar candidatos de avião país a fora para enormes comícios e explorar

amplamente o rádio. Os populistas atacavam as velhas oligarquias rurais e seus cúmplices imperialistas fora do país. Os apelos populistas visavam atrair eleitores da classe trabalhadora mediante uma visão de melhoria radical das condições de vida, sem espantar os eleitores de classe média com imagens de guerra de classes. Ambas as classes constituíam partes necessárias da “coalizão populista”. O nacionalismo, com seu foco na industrialização, ajudou a dar um senso de propósito unificado à coalizão populista.

O populismo mantinha o poder afastado da *antiga* coalizão — a união perversa dos interesses econômicos oligárquicos e estrangeiros — que governara grande parte da região antes de 1930. Mas aquela antiga coalizão ainda exercia uma influência decisiva sobre o voto rural. O poder econômico dos proprietários rurais e financistas internacionais se eclipsara com o colapso do grande surto de exportações, mas eles estavam prontos para uma reaparição quando o sistema de importação/exportação ressurgisse. Assim, os nacionalistas latino-americanos tinham de vencer — e vencer por ampla margem — nas cidades industrializadas.

Enquanto isso, a industrialização latino-americana começou a diminuir de forma alarmante após a Segunda Guerra Mundial. Com a volta dos bens de consumo às prateleiras, a janela de oportunidades fechou-se para a ISI. Bens de consumo norte-americanos voltaram a ser oferecidos para satisfazer a demanda reprimida. Para competir, os fabricantes latino-americanos precisavam de bens de *capital*: novo maquinário para suas fábricas. Superávits comerciais nos anos de guerra haviam proporcionado poder de compra para a aquisição de maquinário industrial da Europa e dos Estados Unidos. Mas a Europa estava reconstruindo suas próprias fábricas destruídas pela guerra, e essa reconstrução provocou uma falta de bens de capital no mercado mundial.

Os economistas norte-americanos, respaldados pela pressão comercial e diplomática norte-americana unânime, recomendavam um retorno ao comércio de importação/exportação no estilo pré-1929. Os países latino-americanos, explicavam os economistas norte-americanos, deviam se dedicar àquilo que faziam melhor: concentrar-se na sua “vantagem competitiva” como produtores com mão-de-obra barata de matérias-primas e alimentos. Isso ajudaria as nações industrializadas do mundo, por sua vez, a se empenhar naquilo que *elas* faziam melhor: produzir todos os dispositivos (por exemplo, automóveis e aparelhos eletrônicos) e bens culturais (como filmes e estilos de roupas) que definiam a modernidade. Segundo a teoria econômica liberal, resultaria daí uma melhoria do padrão de vida de todos. Segundo os nacionalistas latino-americanos, por

outro lado, o resultado seria um retorno ao neocolonialismo. Para eles, a industrialização tornara-se a base do desenvolvimento nacional; só ela conseguiria nivelar o campo de jogo econômico entre a América Latina e os países já industrializados.

Essa interpretação “desenvolvimentista” encontrou uma voz influente no Comitê Econômico para a América Latina (ECLA), criado pelas Nações Unidas. O “guru” do ECLA foi um argentino, Raúl Prebisch, que se tornou o economista latino-americano mais influente de todos os tempos. Sua análise econômica focalizava a posição “periférica” da América Latina (exportadora de matérias-primas) dentro de uma economia global cada vez mais dominada por um “centro” já industrializado (os Estados Unidos e a Europa). A maioria dos economistas latino-americanos passou a basear suas ações no modelo do centro-periferia, ou da *dependência*, de Raúl Prebisch, em vez da teoria liberal da vantagem comparativa. O problema, acreditavam eles, não era como encontrar vantagens comparativas na periferia, mas como sair da periferia e se juntar ao centro industrializado.

Durante os anos do pós-guerra, os nacionalistas latino-americanos enfrentaram uma série de desafios: necessidades sociais prementes, um contra-ataque de seus velhos adversários políticos, um enfraquecimento da base econômica e a hostilidade dos Estados Unidos. O populismo era, em grande parte, uma resposta a esses desafios. Os acontecimentos na Argentina, Brasil e México são exemplos de variações sobre o tema populista.

A Argentina, o país mais rico, industrializado, urbano e alfabetizado da América Latina naquela época, também possuía o movimento nacionalista mais dinâmico: o peronismo. Os militares argentinos haviam controlado o país durante a década de 1930, agindo, às vezes, como uma espécie de nacionalistas de direita, mas com mais freqüência como guardiões da velha hierarquia social. Juan Perón, que deu nome ao movimento peronista, era um oficial nacionalista do exército que, como Ministro do Trabalho, conquistou um forte grupo de adeptos entre os trabalhadores argentinos. Temendo sua influência, o governo destituiu Perón; porém, em 17 de outubro de 1945, uma imensa manifestação de protesto dos trabalhadores convergiu no centro de Buenos Aires exigindo seu retorno. Daí em diante, os peronistas passaram a comemorar o 17 de outubro como o Dia da Lealdade Peronista, criticado pelos inimigos como o Dia de Santo Perón. Não faltaram à assustada elite argentina motivos para reclamar de Perón após sua eleição, por ampla margem, em 1946.

A presidência de Perón na Argentina (1946-1955) testemunhou a rápida sindicalização da força de trabalho industrial do país. Durante

décadas, a classe trabalhadora industrial permaneceria o sustentáculo do movimento peronista. Perón e sua esposa, Eva Duarte — Evita para os milhões que a adoravam —, atacavam, no bom estilo populista, a tradicional oligarquia de proprietários rurais, uma classe desprezada pela população urbana em geral. Evita desempenhou um importante papel na mobilização do movimento peronista. Ela encorajou a crucial manifestação de 17 de outubro de apoio dos sindicatos a Perón e, nos anos posteriores, seus dramáticos gestos em prol dos pobres da Argentina ajudaram o movimento a estender seu eleitorado populista para além dos trabalhadores sindicalizados.

Uma glamourosa atriz de novelas de rádio quando conheceu Perón, Evita fora uma menina pobre e socialmente marginalizada. Ela também viera do interior para Buenos Aires, como tantos outros trabalhadores peronistas da época. Ela sentia que os entendia. Ela certamente falava a língua deles: Mesmo seu opulento guarda-roupas, com uma sofisticação européia distante das vestes camponesas de Frida Kahlo, satisfazia o gosto dos trabalhadores argentinos. O estilo cintilante de Evita convidava-os a saborear-lhe o triunfo: “Sou uma de vocês. E não esqueci de vocês. Minha glória também é de vocês.” Seu maior orgulho, declarou ela, era merecer “o amor dos humildes e o ódio dos oligarcas”. Ela criou uma Fundação de Ajuda Social e gostava de entregar esmolas pessoalmente.

Evita ajudou as mulheres argentinas a conquistarem o direito ao voto, em 1947, e defendia pagamentos iguais para tarefas iguais. Mas sua adoração servil de Perón lembrava a tradição patriarcal e ela acreditava que a mais alta aspiração de uma mulher devia ser o casamento e a maternidade. “Nascemos para ser construtoras de lares, não para circular pelas ruas.” Evita nunca usava a palavra “líder” em referência a si própria. “Ele é o líder”, dizia de seu marido. “Sou apenas a sombra de sua presença superior.” Em seus discursos apaixonados, mais poderosos do que os do próprio Perón, Evita se apresentava como uma mediadora, uma “ponte de amor entre Perón e o povo”. Evita morreu subitamente de câncer em 1952, em meio a manifestações comoventes de luto público. (A foto da página 199 mostra a última aparição pública de Evita, pouco antes de morrer.)

O nacionalismo guiou a economia peronista e os Estados Unidos protestaram com veemência. O governo peronista tentou acabar com a propriedade estrangeira de quase tudo na Argentina. Além dos serviços públicos, ele comprou ou expropriou os importantes frigoríficos, bancos e empresas seguradoras do país e, mais memoravelmente, o vasto sistema ferroviário de propriedade britânica. Ao mesmo tempo, expandiu os

serviços sociais e a burocracia para administrá-los. O destaque do programa peronista foi um esforço de cinco anos pela industrialização a qualquer preço, subsidiado pelo setor exportador agrícola. Mas o plano não deu certo. Uma forte retração econômica e uma desavença impopular com o Vaticano solaparam o apoio da classe média ao movimento.

Os militares exilaram Perón em 1955. Mas o peronismo — ao melhorar as vidas dos trabalhadores, restaurar-lhes a dignidade e, acima de tudo, dotá-los de esperança — conquistara um lugar permanente em muitos corações argentinos. Perón conseguia ativar a lealdade dos peronistas mesmo do exílio. Em 1957, por exemplo, um quarto do eleitorado anulou o voto em resposta ao seu controle remoto. Se os peronistas não podiam governar, ninguém mais poderia governar sem eles. Uma estrada tortuosa abria-se à frente da Argentina.

A história brasileira foi mais ou menos semelhante, exceto que a coalizão populista do Brasil não foi tão forte. As classes trabalhadoras urbana e média do Brasil, um país mais rural e dependente da agricultura de exportação, permaneceram proporcionalmente bem mais fracas do que as da Argentina. Mesmo assim, a era Vargas criara impulso e ainda não havia terminado. Quando os militares brasileiros derrubaram Vargas em 1954, o líder nacionalista já havia preparado sua reaparição populista fundando não apenas um, mas dois partidos políticos. Vargas retornou à presidência em 1950 como o candidato vitorioso de um deles, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Mas ele não foi muito longe. O ano de 1954 foi marcado por seu suicídio político — literalmente. Na carta-testamento, Vargas denunciou as “forças e interesses” que “sugavam o sangue do povo brasileiro” e frustravam seus objetivos nacionalistas. A dramática morte de Vargas produziu uma impressionante manifestação de dor coletiva, semelhante à reação da Argentina à morte de Evita, dois anos antes.

A coalizão populista brasileira continuou pressionando sob outros presidentes. Mas a febre do desenvolvimento ofuscou o compromisso com os milhões de pobres como Carolina Maria de Jesus. A nova capital em Brasília, um projeto ultramoderno de superquadras residenciais amplamente espalhadas, foi construída com grandes dispêndios de recursos governamentais, ao preço da inflação crescente. Sua localização no pouco povoado interior do país abriu otimisticamente uma nova região avançada. Seu projeto foi escolhido mediante um concurso internacional e refletia o planejamento urbano futurista de Le Corbusier. Os originalíssimos prédios públicos de Brasília, como a catedral parcialmente subterrânea, tornaram seu criador, Oscar Niemeyer, o mais famoso ar-

quiteto latino-americano do século. Essa miragem urbana “da era espacial” tomou forma no fim da década de 1950, durante os pungentes anos de privações descritos no diário de Carolina de Jesus. Inaugurada em 1960, Brasília é o símbolo perfeito do momento pós-Vargas no Brasil.

O símbolo perfeito do momento no México era o PRI: o Partido Revolucionário Institucional, com ênfase no *Institucional*, em vez do *Revolucionário*. Os militares haviam agora se subordinado definitivamente ao PRI, e o México dispunha de um sistema de partido único de estabilidade admirável — mas questionável quanto à democracia — onde cada presidente em fim de mandato escolhia o próximo candidato do PRI. E o candidato do PRI nunca perdia. O único aspecto “revolucionário” do PRI agora era uma devoção populista aos heróis e lemas da Revolução Mexicana. Mas esta, se definida como uma luta pela justiça social e defesa das massas oprimidas, jazia morta no período do pós-guerra.

Mas o crescimento industrial mexicano prosseguiu. O poder dos proprietários rurais fora definitivamente destruído e o PRI contava com a lealdade política dos muitos beneficiários da reforma agrária. O governo, ao comercializar os alimentos cultivados nas terras comunitárias restauradas, denominadas *ejidos*, conseguia manter baixos os preços dos alimentos, subsidiando os padrões de vida urbanos. Embora a Revolução Mexicana tivesse sido predominantemente uma insurreição rural, os derradeiros vencedores foram da população urbana. A industrialização prosseguia. A moeda mexicana mantinha-se firme como rocha, contrastando com a inflação galopante em outras partes. Como no Brasil, o bolo econômico cresceu em geral, mas a redistribuição da riqueza parou. A maioria dos mexicanos não veria grande melhoria em seu bem-estar durante o meio século de governo do PRI.

INÍCIO DA GUERRA FRIA

A década de 1950 foi uma época de frustração para a maioria dos latino-americanos. Os Estados Unidos, agora definitivamente substituindo a Europa como o supremo modelo de Progresso, exibiam uma brilhante prosperidade pós-guerra, com padrões de vida antes inimagináveis. Revistas e filmes reluzentes mostravam aos latino-americanos o que eles estavam perdendo. A boa vida, proclamada pela mídia norte-americana, implicava ter um refrigerador, até mesmo um carro. Mas para a maioria dos latino-americanos, um refrigerador estava distante — e um carro, absurdamente fora de alcance. Tendo modelado “a boa vida” para esse público atento e ansioso, os Estados Unidos ofereciam pouca ajuda para se chegar lá.

Agora uma superpotência, proeminentes no mundo, totalmente incontestados no hemisfério, os Estados Unidos já não pareciam um bom vizinho. O desencanto latino-americano com os Estados Unidos começou em 1947, com o anúncio do Plano Marshall. O Plano Marshall gastava vastas somas reconstruindo a Europa para fomentar a prosperidade pós-guerra e limitar a atração do comunismo. Entre os grandes beneficiários da ajuda do Plano Marshall estavam os inimigos norte-americanos da Segunda Guerra Mundial. Os antigos aliados latino-americanos, que também lutavam pela prosperidade, achavam que mereciam uma ajuda semelhante; mas a América Latina obteve apenas cerca de dois por cento da ajuda externa norte-americana entre 1946 e 1959. Os diplomatas latino-americanos levantaram a questão nos encontros hemisféricos, mas as prioridades norte-americanas estavam em outra parte. A Europa Ocidental, com os exércitos soviéticos próximos e vigorosos partidos comunistas em vários países, foi julgada a zona perigosa, seguida pela Ásia. As questões latino-americanas mal preocupavam os formuladores de políticas norte-americanas.

Assim, em vez de ajuda, os latino-americanos obtiveram uma dieta magra de pressão diplomática dos Estados Unidos. Em 1947, os Estados Unidos reuniram as nações hemisféricas para assinarem o Pacto do Rio, uma aliança defensiva pan-americana permanente. Em 1949, a revolução comunista chinesa triunfou, e a Rússia Soviética testou uma bomba atômica. Agora a Guerra Fria começou pra valer.

A população norte-americana estava sedenta por café, faminta por bananas e pronta — tendo substituído a produção de armas (embora o “complexo industrial militar” formasse um pilar permanente da economia do pós-guerra) — para fornecer bens de consumo em troca. As poucas indústrias mais sofisticadas e pesadas que começavam a aparecer na América Latina eram, muitas vezes, subsidiárias de empresas multinacionais norte-americanas. Elas rotineiramente instalavam máquinas usadas que haviam sido aposentadas em suas fábricas norte-americanas, equipamentos já obsoletos nos Estados Unidos. O resultado, logicamente, eram fábricas planejadas para não serem competitivas com aquelas dos Estados Unidos — uma pílula amarga para os nacionalistas pró-independência econômica. Segundo a análise do ECLA, esse tipo de industrialização apenas reforçava a subordinação econômica da América Latina. Para os formuladores de políticas norte-americanas, por outro lado, a expansão das empresas multinacionais era uma evolução natural do capitalismo global. O capitalismo de livre-mercado era visto como “americano” e a prosperidade norte-americana dependia dele, em casa e no

exterior. Qualquer tipo de nacionalismo econômico latino-americano era, portanto, “antiamericano”, algo a ser combatido.

Sob o domínio de uma caça às bruxas anticomunista em casa, o Departamento de Estado norte-americano passou a encarar praticamente qualquer oposição latino-americana como um sinal do “comunismo insidioso”. O principal foro da diplomacia anticomunista norte-americana era a Organização dos Estados Americanos (OEA), uma versão reforçada da União Pan-Americana, não mais comandada exclusivamente pelos Estados Unidos, mas sempre dominada por eles. Um coro de ditadores abjetos como Rafael Trujillo na República Dominicana, “Papa Doc” Duvalier no Haiti e Anastasio Somoza na Nicarágua seguiam a linha norte-americana na OEA, sobrepujando qualquer oposição (em um sistema de cada país, um voto) de nações maiores como o México, Brasil e Argentina. Em 1954, a OEA emitiu a Declaração de Caracas, sustentando que toda ideologia revolucionária marxista era necessariamente “antiamericana”. Portanto, os movimentos revolucionários marxistas, compostos de camponeses, trabalhadores e estudantes universitários, seriam tratados como invasões estrangeiras no hemisfério ocidental. Os diplomatas norte-americanos haviam começado a ver a América Latina estritamente sob a ótica da Guerra Fria. Por toda parte, enxergavam “vermelho”.

Na Venezuela, por exemplo, os diplomatas norte-americanos apoiaram o ditador Marcos Pérez Jiménez, que havia abrigado o encontro de 1954 da OEA, porque achavam que ele era pelo menos melhor do que os nacionalistas do Partido da Ação Democrática. A Ação Democrática vencera claramente a eleição livre venezuelana de 1947, mas era considerada “vermelha” demais pelo Departamento de Estado norte-americano. Por outro lado, o ditador Pérez Jiménez, que proscivera a Ação Democrática e o Partido Comunista, parecia um amigo confiável das empresas petrolíferas norte-americanas, agora em meio a um grande *boom* do petróleo venezuelano. À semelhança de Trujillo, Duvalier e Somoza, Pérez Jiménez era desagradável — mas, mesmo assim, aceitável como um de “nossos canalhas”.

O representante da Guatemala na OEA votou sozinho contra a anticomunista Declaração de Caracas, preconizando em seu lugar a solidariedade latino-americana contra a pressão norte-americana. Para os enfurecidos diplomatas norte-americanos, tratava-se do mais “vermelho” governo latino-americano do hemisfério. Para combatê-lo, o Departamento de Estado norte-americano abandonou sua promessa de 1933 de não-intervenção nos assuntos internos dos países latino-americanos.

Mas em vez de enviar fuzileiros navais norte-americanos, ele inaugurou uma forma indireta de intervenção militar: uma força “aliada” recrutada entre os inimigos locais do governo visado. Forças aliadas foram armadas e treinadas, geralmente em segredo, por outro novo protagonista da Guerra Fria: a CIA.

Após uma série de ditadores sinistros, a Guatemala havia desfrutado uma empolgante e auspiciosa “década de primavera”, entre 1944 e 1954. Duas eleições democráticas haviam levado ao poder, por amplas margens, dois presidentes nacionalistas seguidos, eventos sem precedentes na história do país. O primeiro desses presidentes reformistas foi Juan José Arévalo, um professor universitário anteriormente exilado que retornou para supervisionar avanços legislativos como a previdência social, um novo código trabalhista e uma nova constituição. Embora longe de ser radical, ele descrevia sua filosofia como “socialismo espiritual”, palavras preocupantes para os diplomatas norte-americanos e os dirigentes da United Fruit Company, com grandes plantações de bananas no país. Quando o governo nacionalista preconizou uma melhor remuneração para os trabalhadores guatemaltecos, acusações de comportamento “comunista” soaram em Washington.

Depois veio o segundo presidente reformista, um oficial do exército idealista de 37 anos chamado Jacobo Arbenz. Arbenz foi além dos discursos e da legislação para promover grandes mudanças no solo. Nesse país onde metade do povo era composta por camponeses maias analfabetos, tratados mais ou menos como animais pelos proprietários das plantações de café (que conservavam grande influência), Arbenz começou a confiscar grandes propriedades e dividi-las entre os cultivadores camponeses. Além disso, seu governo expropriou terras da United Fruit, além da ferrovia de propriedade estrangeira da Guatemala. As acusações de comunismo se intensificaram, tanto nos Estados Unidos como na Guatemala.

O governo de Arbenz não fazia nada diferente do que outros governos nacionalistas (e os Estados Unidos na radical década de 1930) haviam feito. Mas a Guatemala era pequena, ficava próxima dos Estados Unidos e lhes fora anteriormente obediente. Além disso, confirmando as suspeitas de diplomatas norte-americanos, os nacionalistas da Guatemala se deixavam persuadir cada vez mais por idéias marxistas. Arbenz as adotara, além de muitos ativistas de chão-de-fábrica que impeliram a sindicalização do país e organizadores de base que promoveram a reforma agrária. Alguns se tornaram membros do Partido Comunista e muitos acreditavam, junto com milhões de outros nacionalistas latino-ame-

ricanos, que os Estados Unidos eram seu inimigo imperialista. Vários importantes articuladores políticos norte-americanos, incluindo o Secretário de Estado John Foster Dulles, tinham um interesse pessoal no império das bananas da United Fruit Company. E o chefe da CIA em 1954, o irmão de John, Allen Dulles, já havia sido presidente da United Fruit.

A maioria dos generais guatemaltecos era bem mais conservadora do que Arbenz. Os revolucionários dentro do governo de Arbenz queriam armar uma milícia popular que se contrapusesse ao exército. Eles providenciaram uma remessa de armas da Tchecoslováquia, então parte do bloco oriental controlado pelos soviéticos. Foi a gota d’água para os articuladores políticos norte-americanos. Pouco depois, uma força aliada dos Estados Unidos invadiu Honduras. Em vez de lutar contra a força invasora (que era insignificante), o exército guatemalteco aderiu a ela, expulsando Arbenz. O Departamento de Estado anunciou então uma importante vitória da “democracia” na Guatemala. Mas o regime militar pós-Arbenz da Guatemala revelou-se, segundo a opinião geral, terrivelmente sanguinário. Com a passagem das décadas e o aumento do número de vítimas, os diplomatas passaram a ver a intervenção de 1954 como um trágico excesso. Para vermos por que, comparemos a Guatemala com a Bolívia, outro país predominantemente indígena com problemas e população mais ou menos semelhantes.

O Movimento Nacional Revolucionário (MNR) da Bolívia assumiu o poder em 1952, quando o governo de Arbenz atingia a fase final. O MNR era tão fortemente nacionalista como o governo de Arbenz. Além disso, o MNR mostrava fortes influências marxistas. Mas como a Bolívia fica mais longe dos Estados Unidos, como os interesses comerciais norte-americanos foram menos afetados pelas expropriações do MNR e como o Partido Comunista de linha russa tinha pouca influência na Bolívia, o Departamento de Estado norte-americano decidiu permanecer “constitutivamente envolvido” com o MNR. Em vez de armar uma força aliada, enviou ajuda norte-americana.

A riqueza boliviana residia na mineração de estanho, controlada, em grande parte, por três famílias bolivianas riquíssimas que viviam na Europa. Dizia-se que a mesada do jovem herdeiro da família Patiño, o clã mais rico, superava o orçamento de educação pública do país. O MNR foi apoiado pelos sindicatos de mineiros e suas milícias, que fizeram ruidosas exibições de seus sentimentos atirando bananas de dinamite acesas, uma ferramenta de trabalho, como se fossem rojões. O MNR nacionalizou as minas de estanho e concedeu melhorias substanciais de salários e benefícios aos mineiros.

Os indígenas bolivianos, cujas comunidades camponesas vinham perdendo progressivamente suas terras havia gerações, tomaram a iniciativa e o MNR promoveu uma substancial reforma agrária. Quase 60 mil famílias pobres tiveram direito a um lote de terra para cultivar. Outra importante medida do governo revolucionário — consciente dos eventos da Guatemala, sem dúvida — foi reduzir o poder do exército boliviano a uma sombra do que fora antes.

Mas as mudanças revolucionárias prejudicaram o padrão de vida da classe média. Os camponeses possuidores de lotes passaram a alimentar melhor as próprias famílias, enviando menos alimentos aos mercados urbanos, cujos preços aumentaram. A melhoria das condições dos mineiros interferiu nos lucros do principal produto de exportação do país. Além disso, como o beneficiamento do estanho continuava sendo realizado fora do país, onde os beneficiadores mantinham o preço do estanho o mais baixo possível, as minas começaram a operar no vermelho. Conseqüentemente, elementos mais conservadores dentro do MNR ganharam influência e a ajuda norte-americana fortaleceu sua autoridade. A longo prazo, a política norte-americana de “envolvimento construtivo” com a revolução boliviana mostrou-se mais eficaz do que a intervenção no estilo guatemalteco. Os camponeses e mineiros bolivianos obtiveram as terras e salários merecidos, e o governo do país manteve-se afastado da Rússia soviética.

Com o avanço da década de 1950, as linhas de batalha da Guerra Fria passaram a afetar tudo que acontecia na América Latina, inclusive a literatura. A literatura sempre fora política na região e, durante a Guerra Fria, a maioria dos escritores se alinhou com a esquerda.

Tomemos o ganhador do Prêmio Nobel Pablo Neruda. O mais popular poeta latino-americano do século XX, Neruda era vigoroso, comunicativo, democrático e sincero. Seus *Vinte Poemas de Amor e uma Canção Desesperada* (1924) estão entre os mais apreciados e recitados em língua espanhola. O principal tema de Neruda era a própria “América” — sobretudo a América espanhola —, mas ele percorreu o mundo inteiro. A exemplo de Gabriela Mistral, a poetisa ganhadora do Prêmio Nobel anterior do Chile, Neruda ocupou uma série de cargos diplomáticos, servindo como cônsul na Ásia, Europa e Américas entre 1927 e 1945. (Esse tipo de tributo ao talento literário é uma tradição latino-americana.) O coração de Neruda estava com “o povo”, o que significava, na América Latina de meados do século XX, alinhar-se com os revolucionários. Após a Segunda Guerra Mundial, ele retornou ao Chile e se dedicou à política revolucionária. Em 1945, Neruda foi eleito senador pelo Partido Comu-

nista chileno. A reputação do grande poeta estava no auge quando a Guerra Fria baixou na América Latina nas décadas de 1950 e 1960.

O argentino Jorge Luis Borges, outro gigante literário de reputação internacional, faz um interessante contraste com Neruda. Como Neruda e muitos outros escritores latino-americanos, Borges tinha fortes vínculos internacionais. Ele passou alguns anos na Suíça, estudou brevemente em Cambridge e traduziu obras do alemão, francês e, sobretudo, inglês. Borges amava a língua inglesa e chegou a escrever alguns poemas em inglês. Mas Borges era um homem retraído e livresco, bem diferente do festivo e itinerante Neruda. Nascido em Buenos Aires, Borges raramente se afastou longamente de sua cidade. E na maior parte da vida, esteve cego. Seu mundo era um teatro pessoal e sombrio de *Ficções* e *Seres Imaginários*, temas de dois de seus livros. Para Borges, gaúchos rústicos e os ruidosos bairros pobres de Buenos Aires eram temas literários, adequados a uma literatura nacional argentina; porém, ele não era um “homem do povo” e simpatizou com os militares em sua longa luta contra Perón. Não obstante, Borges criou contos tão inovadores e imaginativos que se tornou mais influente literariamente do que Neruda. Muitos acreditam que Borges nunca ganhou o Prêmio Nobel devido às suas visões impopulares de direita.

A REVOLUÇÃO CUBANA

Nos anos seguintes, os nacionalistas latino-americanos se voltariam cada vez mais para as idéias marxistas. Romancistas, diretores de cinema, poetas e cantores folclóricos influentes expressavam uma visão revolucionária. Entre os que pregavam mais ruidosamente a revolução estavam os estudantes universitários.

A ascensão da ideologia marxista entre os nacionalistas latino-americanos teve pouca ligação com a Rússia soviética, um aliado remoto, inútil e pouco inspirador. Nem o sonho marxista de um futuro perfeito, sem desigualdades ou injustiças, seduziu a América Latina mais do que outras partes. Simplesmente, o marxismo parecia lógico para os nacionalistas latino-americanos dispostos a dismantelar o neocolonialismo. A visão marxista do capitalismo, realçando a exploração de classe, parecia uma boa descrição da história latino-americana. A teoria leninista do imperialismo — de que uma classe privilegiada dentro dos países dominados lucrava colaborando com o plano imperial estrangeiro — também parecia correta na América Latina. Na década de 1950, o marxismo foi uma força intelectual empolgante, associada às lutas nacionalistas pela descolonização e autodeterminação no mundo todo. E para muitos lati-

no-americanos, o ódio e o temor que os Estados Unidos imperialistas tinham do marxismo incentivava-os ainda mais a estudá-lo.

O diagnóstico marxista dos grandes problemas latino-americanos apontava para a injustiça. Não uma política errada aqui, uma decisão ruim ali, mas a injustiça na tessitura de uma sociedade baseada na conquista e dedicada, através dos séculos, a preservar as desigualdades. O prognóstico era grave. O crescimento populacional e urbanização rápidos estavam criando enormes déficits nas necessidades sociais mais básicas. Crianças nas ruas, bairros inteiros construídos sobre depósitos de lixo: o preço humano era (e é) indescritível. O tratamento recomendado era a revolução, não a reforma. E por revolução os marxistas não entendiam simplesmente a derrubada do governo antigo e corrupto por um novo e melhor, mas uma reformulação total da estrutura social, acabando com os abastados e poderosos que por tanto tempo desfrutaram seus privilégios na presença da miséria — pior, à *custa da* miséria — e redistribuindo a riqueza entre todos. Os revolucionários sociais não hesitavam em confiscar fortunas extraídas de gerações de escravos e peões endividados. E eles acreditavam que as multinacionais norte-americanas não passavam de uma nova versão dos impérios espanhol e português, drenando riquezas do que um livro influente denominou *As Veias Abertas da América Latina*. Aspirina não curaria esse câncer, acreditavam os revolucionários marxistas. A situação pedia uma grande cirurgia.

Na Argentina, um estudante de medicina, que mais tarde tornou-se famoso como “Che” Guevara, chegou a essa conclusão no início da década de 1950. A rebelião imperava na família de Che. Sua mãe adquirira fama de radical fumando descaradamente cigarros em público. Che achava que a pobreza latino-americana era decorrente de um sistema econômico internacional imperialista tremendamente poderoso. As vítimas desse sistema, entre as quais Che incluía todos os países da América Latina, só conseguiriam se libertar agindo em conjunto. Ele começou a exhibir sua vocação “internacionalista” percorrendo de bicicleta milhares de quilômetros para ver com os próprios olhos a pobreza e a opressão dos indígenas andinos. Depois, ao tomar conhecimento das reformas inspiradoras na Guatemala de Arbenz, Che resolveu participar. Da Guatemala, fugiu para o México quando os oficiais do exército, apoiados pelos Estados Unidos, derrubaram Arbenz em 1954. Che tornara-se um autêntico revolucionário marxista, “um soldado da América” como contou ao pai ao sair de casa e considerava a batalha contra o imperialismo capitalista a *sua* batalha, em qualquer parte do mundo.

No México, Che conheceu Fidel Castro, um tipo diferente de revolucionário: um intenso nacionalista, imerso nas tradições e lutas políticas de seu próprio país, Cuba. Castro era filho de uma família de cultivadores de cana-de-açúcar que, como estudante de direito no final da década de 1940, sentiu-se inspirado pelos temas idealistas, brandamente socialistas e, sobretudo, intensamente antiimperialistas do movimento estudantil. Em Cuba, como na totalidade da América Latina, as atitudes antiimperialistas da década de 1950 visavam quase exclusivamente os Estados Unidos e, em nenhum lugar, os sentimentos antiimperialistas eram mais fortes do que entre os nacionalistas cubanos. Quando diplomatas norte-americanos orquestraram a formação da OEA, em 1948, em Bogotá, Colômbia, Castro viajou até lá para participar de um encontro antiimperialista paralelo de estudantes ativistas. Na oposição aos Estados Unidos, o internacionalista Che e o nacionalista Fidel estavam de pleno acordo.

Os dois encontraram-se no México, porque Fidel (junto com o irmão Raúl e outros) fora exilado de Cuba. Seu crime foi resistir à ditadura militar de Fulgencio Batista, outro de “*nossos canalhas*” apoiado pelos Estados Unidos. Em 1953, pouco depois da derrubada por Batista de um governo cubano eleito, os irmãos Castro lideraram um desastroso ataque contra o exército do ditador. Mas seu gesto de desafio, que custou aos estudantes rebeldes várias vidas, mostrou-se popular entre o povo cubano. Fidel e Raúl Castro foram soltos da prisão e mandados para o México como sinal de benevolência do ditador. Em poucos anos, no final de 1956, eles estavam prontos para lançar seu próximo ataque contra Batista, que eles consideravam — por ser respaldado pelos Estados Unidos e apoiar incondicionalmente o anticomunismo norte-americano na OEA — um agente do imperialismo.

Os 82 invasores — muitos deles rapazes idealistas de classe média — amontoaram-se a bordo de um inusitado veículo de ataque: um velho iate com o nome nada bélico, ironicamente em inglês, de *Granma* (vovó). O desembarque em Cuba não foi bem, em parte porque camponeses locais alertaram o exército e apenas uma fração da força de ataque do *Granma* sobreviveu para fazer história. Mas ela se tornou legendária, a começar pelo número muitas vezes lembrado de lutadores remanescentes: doze, o número de apóstolos de Cristo, símbolo da vulnerabilidade física e superioridade espiritual dos guerrilheiros: Fidel, Raúl e Che — um quarto da força invasora — conseguiram atingir as montanhas de Sierra Maestra, a leste de Cuba, onde disputaram com sucesso um jogo mortal de esconde-esconde com o exército nos dois anos seguintes. Uma

série de artigos altamente favoráveis a eles apareceu no *New York Times*. Mesmo o governo norte-americano começou a moderar seu apoio a Batista e a resistência ao ditador dentro de Cuba tornou-se praticamente unânime. Diante do futuro sombrio, Batista subitamente deixou o país no último dia de 1958 e os guerrilheiros barbudos das montanhas foram ruidosamente recepcionados em Havana.

Para mostrar que sua revolução estava apenas começando, eles não se barbearam nem tiraram os uniformes. Os revolucionários justificaram duramente os cúmplices do ditador, julgando e executando 483 deles em três meses. Em intermináveis comícios e igualmente intermináveis pronunciamentos na televisão, Fidel Castro explicava sua visão de uma nova Cuba. O governo revolucionário conservava um alto nível de apoio popular. Quem observasse as revoluções nacionalistas que varreram a América Latina no século XX sabia o que esperar: medidas contra o “imperialismo econômico”, possivelmente incluindo a expropriação de empresas estrangeiras e, acima de tudo, a reforma agrária. Esta começou quase imediatamente, em maio de 1959.

De que lado ficaria o novo governo cubano na Guerra Fria? Esta era a principal indagação do Departamento de Estado norte-americano, ofuscando até o grande interesse econômico norte-americano em Cuba. A criação de uma “cabeça de ponte comunista a 145 quilômetros de nossas praias” seria intolerável aos seus olhos. Seria Fidel Castro um comunista?

Nunca — como estudante radical, na década de 1940, ou como líder guerrilheiro, na década de 1950 — Fidel Castro se aproximara do Partido Comunista Cubano, da linha de Moscou. Nem o Partido Comunista desempenhara qualquer papel substancial na derrubada de Batista. Mas quando Fidel foi à televisão conversar cinco horas sobre as mudanças estruturais de uma “verdadeira revolução”, a inspiração marxista de sua visão tornou-se óbvia. Parecia que a única coisa capaz de tranquilizar os Estados Unidos era uma demonstração de que a Revolução Cubana se alinharia com os Estados Unidos contra o comunismo internacional. De seu ponto de vista, estava-se exigindo que os revolucionários cubanos traissem tudo pelo que haviam lutado: que se alinhassem com o “imperialismo econômico” contra as forças da “libertação nacional”. Para Fidel e Che, isso era impensável.

Castro tinha uma maneira de expor suas posições. Em uma viagem em 1960 a Nova York, proferiu uma conferência de quatro horas nas Nações Unidas sobre o tema do imperialismo norte-americano. Em um hotel do Harlem, encontrou-se com Malcolm X e outros críticos das políticas norte-americanas em casa e no exterior. Em fevereiro do mesmo

ano, começou a negociar um mercado russo alternativo para o açúcar cubano, por muito tempo vendido quase exclusivamente para os Estados Unidos e em junho comprou petróleo russo, oferecido a um preço vantajoso. Quando as refinarias de petróleo norte-americanas em Cuba recusaram-se a refinar esse petróleo “vermelho”, Fidel as expropriou. Em julho veio a resposta do governo dos Estados Unidos: fim das compras norte-americanas de açúcar cubano, responsável por três quartos da receita de exportação de Cuba. Em agosto, o governo revolucionário contra-atacou expropriando mais propriedades norte-americanas, de engenhos de açúcar e minas a empresas de telefonia e eletricidade. Na segunda metade de 1960, os Estados Unidos proclamaram um embargo a todo comércio com Cuba e notícias de que uma força “aliada” vinha sendo treinada e equipada pela CIA para invadir a ilha chegaram a Havana.

Mas desta vez a técnica da força “aliada” falhou totalmente. Apesar das esperanças, os cubanos anticomunistas que desembarcaram na Baía dos Porcos em 1961 não desencadearam nenhuma rebelião interna. O novo exército cubano era consequência direta do exército revolucionário de Castro de 1956 a 1958, totalmente fiel a ele. Ele rapidamente derrotou os invasores. Mas dificilmente essa seria a última invasão. O alinhamento militar cubano com a Rússia soviética, tão temido pelos articuladores políticos norte-americanos, agora tomou forma como uma defesa contra novas invasões dos Estados Unidos.

Em meados de 1962, aviões U-2 de espionagem norte-americanos, voando a grande altura, fotografaram a construção de instalações de mísseis nucleares e, em outubro, obtiveram uma clara fotografia de um míssil. Poucos dias depois, o presidente norte-americano John F. Kennedy emitiu um ultimato aos russos: se não retirassem os mísseis... O mundo prendeu a respiração. A crise dos mísseis cubanos foi um dos momentos mais perigosos da Guerra Fria. Finalmente, os soviéticos concordaram em remover seus mísseis em troca de um compromisso dos Estados Unidos de não invadirem Cuba. Com exceção de algumas pequenas importações da CIA — um charuto explosivo e planos para fazer cair a barba de Fidel —, a ameaça militar dos Estados Unidos acabara.

Mas os efeitos debilitantes do embargo norte-americano se estenderiam por décadas. A intenção foi cessar não apenas o comércio com os Estados Unidos, mas todo comércio entre Cuba e países aliados dos Estados Unidos. O comércio cubano com o resto da América Latina foi sufocado graças ao controle norte-americano sobre a OEA. As sanções se aplicavam mesmo ao comércio de Cuba com países neutros. Qualquer

navio que atracasse em Cuba não seria aceito, depois, em portos norte-americanos. Como resultado, o comércio externo de Cuba voltou-se para países distantes da esfera soviética.

(Cuba foi expulsa da OEA apesar da oposição dos países latino-americanos maiores. (De novo, prevaleceu a influência dos vários países pequenos que sempre votavam com os Estados Unidos na OEA.) Gradualmente, Cuba tornou-se um centro de resistência à política norte-americana na América Latina e um campo de treinamento de revolucionários marxistas. Moscou decidira que, na maior parte da América Latina, as condições ainda não eram propícias à revolução social. Mas Che Guevara desenvolvera uma nova teoria da guerra de guerrilhas baseada na experiência cubana nas montanhas de Sierra Maestra. Condições revolucionárias seriam criadas, segundo Che, por pequenos e aguerridos grupos de guerrilheiros como a expedição do *Granma*. Esses grupos estabeleceriam *focos*, pontos focais de atividade guerrilheira para desencadear uma revolução maior. O próprio Che resolveu repetir a experiência de Sierra Maestra em escala continental: transformar os Andes na “Sierra Maestra da América do Sul”. Sua fracassada missão boliviana, começada em 1966, pretendia justamente isso.

(Che viajou à Bolívia disfarçado de homem de negócios uruguaio meio calvo e lançou sua revolução continental com apenas 50 guerrilheiros: trinta bolivianos e vários voluntários internacionais (especialmente cubanos). Dessa vez, porém, a pequena mas idealista força revolucionária não triunfou. O próprio Che sofreu prolongados ataques de asma que o incapacitaram e desanimaram seus seguidores. Os camponeses bolivianos suspeitaram dos guerrilheiros e não aderiram ao movimento. Enquanto isso, o exército boliviano capturou-os um a um, até restar apenas um pequeno número; mesmo assim, ao ser enfim capturado, interrogado e executado em 1968, Che Guevara tornara-se um herói por toda a América Latina, nem tanto pelo que realizou, mas sim pelo fato de morrer tentando.

Che deixara Cuba em parte devido às suas próprias frustrações ali. Che era um teórico e visionário que acreditava que, para o verdadeiro socialismo funcionar, o dinheiro deveria ser abolido e as pessoas deveriam trabalhar por ideais. Mas como presidente revolucionário do Banco Nacional de Cuba, depois ministro da Indústria no início da década de 1960, ele descobriu que essas mudanças eram mais fáceis de imaginar do que de implementar. Che fora quem mais insistira que a economia cubana, fortemente dependente do açúcar, deveria se diversificar e industrializar. Foi dele o primeiro ataque da revolução ao problema do subdesen-

volvimento: um impaciente plano de industrialização “forçada”. Grandes promessas de ajuda vieram de países europeus do bloco soviético e também da China. O governo soviético prometeu construir cem fábricas em Cuba, mas logo mudou o discurso. À semelhança dos Estados Unidos, a Rússia soviética preferia trocar seus próprios produtos manufaturados por açúcar cubano. A revolução conseguiria atrelar o açúcar — aquele velho dragão, devorador de gerações de escravos e outros trabalhadores pobres — ao bem comum? Talvez sim, pensavam os teimosamente otimistas revolucionários cubanos no final da década de 1960. As plantações de açúcar, além de quase todo o resto, pertenciam agora ao Estado cubano, tornando-se propriedade do povo cubano. Assim, nos anos após a morte de Che, Castro perseguiu uma surpreendente nova meta econômica: uma safra de açúcar de dez milhões de toneladas.

À medida que o governo revolucionário procurava febrilmente aumentar a produção, as pessoas de classe média relutantemente se ofereciam para empolar as mãos cortando cana nos fins de semana. A dissidência não era permitida. Quando um conhecido poeta foi publicamente silenciado, a notícia gerou mal-estar entre os simpatizantes da revolução dentro e fora de Cuba.

Muitos estrangeiros estavam torcendo pela Revolução Cubana. Na então comunista Alemanha Oriental, a estudante universitária Tamara Bunke, mais tarde famosa por seu pseudônimo como guerrilheira, Tania, sentiu que a Revolução Cubana também era sua luta. Tania nascera e crescera em Buenos Aires, para onde a família Bunke fugira para escapar dos nazistas na década de 1930, retornando à Alemanha após a Segunda Guerra Mundial. Quando Che Guevara liderou uma missão comercial à Alemanha Oriental em 1960, Tania foi seu intérprete. Inspirada pelo projeto da revolução de transformar a América Latina, ela viajou a Cuba e se dedicou às brigadas de trabalho, às milícias, à campanha de alfabetização. Mas ela queria algo mais heróico. Em 1964, ela conseguiu, viajando à Bolívia sozinha como agente secreto a fim de preparar o terreno para a última e malfadada campanha de Che. Em 1967, ela estava morta, junto com quase todos os outros. Na morte, ela se tornou um símbolo hemisférico do empenho e abnegação revolucionários, à semelhança do próprio Che. Da Argentina ao México, meninas recém-nascidas eram batizadas de Tania em sua homenagem.

O espírito revolucionário também teve reverberações musicais na América Latina. A música folclórica com temas de protesto tornou-se a trilha sonora internacional da organização revolucionária. (Como agente secreto na Bolívia, Tania fingira que coletava música folclórica.) A

mãe espiritual desse movimento da “nova canção” foi uma mulher chilena, Violeta Parra. Parra não era da geração dos anos 1960. Na verdade, ela tinha idade para ser mãe dos jovens cantores de protesto que se reuniram em torno dela na década de 1960. Vários eram, de fato, filhos dela. Parra estava embebida de música folclórica chilena, ela própria uma esplêndida letrista. Sua música era mais pessoal do que revolucionária e o desespero pessoal levou-a ao suicídio em 1967, mesmo ano da morte de Tania. Mas para a geração dos anos 1960, sua música representou um autêntico espírito de protesto latino-americano. Até na morte Parra mostrou seu talento característico, suicidando-se em uma *carpa*, uma tenda armada na tradição dos artistas populares itinerantes. Os jovens músicos que ela inspirara logo se dispersaram. No final, Havana seria o centro internacional do movimento da “nova canção”.

No final da década de 1960, a Revolução Cubana tornou-se um símbolo potente para jovens de todo o hemisfério. Somente os mais ferrenhos anticomunistas latino-americanos não sentiam satisfação vendo um Davi cubano enfrentar o Golias norte-americano. Para os socialistas latino-americanos — incluindo cada vez mais estudantes, líderes sindicais e jovens em geral —, a Revolução Cubana tinha muito que mostrar. Ela aumentara sensivelmente as oportunidades educacionais, dando passos decisivos rumo à plena alfabetização e uma saúde pública exemplar. Ela melhorara as moradias na zona rural, por tanto tempo negligenciada. Ela também promovera a plena igualdade dos negros cubanos, que, antes da revolução, eram proibidos de frequentar certas praias devido ao preconceito racial dos turistas norte-americanos. Os filmes cubanos e, particularmente, os cartazes artísticos comunicavam a promessa de uma vibrante e criativa revolução através da América Latina. A Casa de las Americas de Cuba oferecia o mais prestigioso prêmio literário da região. Os nacionalistas cubanos, tanto tempo frustrados com o prolongado domínio espanhol sobre Cuba e a humilhante Emenda Platt, orgulharam-se da revolução. Para eles, a projeção internacional de Cuba ajudava a compensar o que a revolução *não* oferecia.

A Revolução Cubana não oferecia as liberdades individuais tão caras ao liberalismo, como o direito de falar contra o governo e de viajar para o exterior. Elas eram pouco prioritárias segundo o pensamento revolucionário. Somente uma pequena minoria na América Latina tinha condições de viajar para fora do país, raciocinavam os revolucionários. Se a revolução era uma grande cirurgia, a sala de operação exigia uma rígida disciplina. Por que permitir que se perturbasse o espírito de equipe? Devolver a esperança de vida decente à maioria de destituídos pare-

cia justificar a violação das liberdades pessoais dos cidadãos mais afortunados.

Para os anticomunistas, especialmente nos Estados Unidos, mas também na América Latina, a cirurgia da revolução social criou um Frankenstein: algo antinatural, poderoso e assustador. O comunismo desafiava não apenas as liberdades individuais, mas também valores mais antigos, até mais tradicionais, como o patriarcado e a hierarquia social. Os anticomunistas encaravam a visão revolucionária como “lavagem cerebral” ou a consequência de um contágio virulento. De repente, da perspectiva dos anticomunistas norte-americanos, que só recentemente passaram a prestar atenção aos eventos ao sul da fronteira, o contágio estava ali, em “nosso quintal”, “a apenas 145 quilômetros de nossas praias”. Um dos capítulos mais sinistros da história da América Latina estava prestes a começar.

CONTRACORRENTES:

Teologia da Libertação



Missã na zona rural andina. Fotografia de Severo Salazar.

A Igreja Católica não desempenhou nenhum papel na Revolução Cubana, que marginalizou totalmente a religião e transformou igrejas em auditórios públicos. Historicamente, a Igreja Católica fora, acima de tudo, um poderoso baluarte do *status quo* e, portanto, um alvo básico dos revolucionários. Mas os clérigos também podiam ser revolucionários. O padre Miguel Hidalgo e o padre José María Morelos mostraram isso na luta pela independência do México. O frei Bartolomé de las Casas, o antigo defensor do povo indígena, foi um exemplo no século XVI.

Na década de 1960, sacerdotes radicais da América Latina seguiram de novo os passos de Las Casas. O padre Camilo Torres foi um deles. Um filho da classe alta colombiana, Torres lecionava a disciplina acadêmica mais “subversiva” da América Latina, sociologia, na Universidade Nacional. Os sociólogos eram considerados “vermelhos” porque viviam falando sobre classes sociais, uma categoria de análise utilizada pelos marxistas. Torres soava um pouco como os revolucionários cubanos ao exigir “mudanças fundamentais nas estruturas econômicas, sociais e políticas”, algo que ele acreditava que os tradicionais Partidos Liberal e Conservador da Colômbia jamais promoveriam. Torres defendeu a revolução, segundo ele “o meio de originar um governo que alimente os famintos, vista os despidos, ensine os ignorantes e ponha em prática obras de caridade e amor fraternal”. O padre Torres aderiu a um grupo guerrilheiro e morreu lutando em 1966.

Os revolucionários religiosos do início da década de 1960 viam os problemas latino-americanos mais ou menos como os marxistas. Mas apenas poucos aderiram aos grupos guerrilheiros. A maioria acreditava que a fé e as boas obras eram mais poderosas do que as armas. Eles se inspiravam na obra de Paulo Freire, o maior alfabetizador da região, então trabalhando entre os camponeses pobres do Nordeste brasileiro. Freire argumentava que os camponeses eram adultos inteligentes ansiosos por se capacitarem. Ele acreditava que os métodos usados com crianças não eram adequados para alfabetizar adultos pobres. Para adultos analfabetos, aprender a ler e escrever significava maior controle sobre as próprias vidas. Assim, Freire desenvolveu um método de aprendizado interativo e, para descrevê-lo, cunhou o termo “conscientização”.

Em 1968, durante uma reunião memorável da Conferência dos Bispos Latino-Americanos em Medellín, Colômbia, os bispos discutiram a utilidade da abordagem de Freire. Eles concordaram que a Igreja deveria fazer “uma opção preferencial pelos pobres” e discutiram a formação de “comunidades de base” onde os fiéis se reuniam para ler e discutir a Bíblia como se fossem um grupo de alfabetização no estilo de Paulo Freire. Os bispos também falaram em libertar as pessoas da “violência institucionalizada” da pobreza. Não se tratava da violência no sentido corriqueiro. Pelo contrário, os bispos católicos da América Latina haviam começado a ver a fome, a ignorância e a doença generalizada como danos tragicamente evitáveis às vidas humanas. Os governos que deixavam de impedir esse dano estavam cometendo violência institucio-

nalizada. Suas vítimas muitas vezes viam o dano que sofriam como algo natural, um componente inevitável da pobreza. A conscientização nas comunidades de base cristãs poderia desmascarar a violência institucionalizada e desnudar sua aparente naturalidade. Tratavam-se de ensinamentos católicos visando solapar, em vez de reforçar, os antigos padrões latino-americanos de hierarquia e hegemonia. Essa nova mensagem não mandava sofrer pacientemente nesta vida para obter a recompensa celeste. Pelo contrário, ela preconizava sopas dos pobres, creches, associações comunitárias e pressões sobre os governos para que cumprissem com suas responsabilidades. Em uma região conhecida pelo fervor religioso, o resultado poderia ser forte. Essa, pelo menos, era a esperança dos sacerdotes e freiras que viviam e trabalhavam em bairros pobres.

“Teologia da libertação” tornou-se o nome geral do movimento que se cristalizara na Conferência dos Bispos de 1968. A teologia da libertação logo despertou enorme interesse, a favor e contra. Os conservadores, apontando para o caso do padre Camilo Torres, tachavam o movimento de “comunista”. De fato, os revolucionários religiosos tinham algo em comum com os marxistas. Eles compartilhavam a sensação de emergência e a premissa básica de que a América Latina precisava de mudanças amplas e fundamentais. Eles estavam igualmente empenhados em aliviar a condição dos pobres. Ambos acreditavam que as estruturas de poder existentes os prejudicavam. Apesar das várias divergências entre as ideologias marxista e cristã, esses revolucionários conseguiam ver uns aos outros logicamente como aliados potenciais.

Uma reação conservadora começou imediatamente dentro da própria Igreja Católica. Os expoentes da teologia da libertação, embora entusiasmados e eloquentes, nunca foram maioria. No final da década de 1970, um novo papa, João Paulo II, jogou todo o poder do Vaticano contra eles. A experiência formativa de João Paulo como um líder católico na Polônia comunista tornou-o inexoravelmente oposto ao marxismo e ele acreditava que os revolucionários religiosos da América Latina tinham ido longe demais. A campanha do Vaticano incluiu a nomeação sistemática de bispos latino-americanos hostis à teologia da libertação e até a imposição do silêncio aos teólogos da libertação. De forma semelhante, o papa visitou a Nicarágua em 1983 para apoiar um arcebispo conservador contra líderes revolucionários sandinistas do clero católico expoentes da teologia da libertação. (A revolução sandinista será discutida no próximo capítulo.) “Silêncio!” gritou o papa três vezes para a exasperada multidão pró-sandinista, em um momento memorável de

confronto direto. Gradualmente, o movimento da teologia da libertação foi perdendo o impulso, na década de 1980, sem que sequer um por cento dos latino-americanos chegassem a participar de uma comunidade de base cristã.